

KLIASS, P. Spread bancário: escândalo nacional. *Carta Maior* [online], Análise & Opinião, 13 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna\\_id=4705](http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4705)>. Acesso em: 13 jul. 2010.

KRUGMAN, P. Como puderam os economistas errar tanto? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Aliás, B 8-9, p. 2, domingo, 06 set. 2009.

KRUGMAN, P. Receio que estejamos no início de uma forte depressão. *Terra Magazine*, 28 jun. 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O14529518-E112928,00Receio+que+estejamos+no+inicio+de+uma+forte+depressao.html>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NORE, P.; GREEN, F. *A economia: um antitexto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, F. A. *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

\* Professor Adjunto do DECON-UFPI, Mestre em Economia/CAEN-UFC, Doutorando em Políticas Públicas/UFPI-UFMA.

# O BRASIL DE VOLTA AOS TRILHOS

Por Antonio Carlos de Andrade\*

Quem teve tempo e paciência para ler as edições da revista Exame n. 972 e 975 - cujas chamadas de capa são "Consumo, a força que move a economia" e "A Superpetrobras", respectivamente - e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, divulgada no mês de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - pesquisa que vem sendo realizada anualmente desde 1999, que procura medir os principais indicadores da evolução econômica e social dos lares brasileiros - acaba ficando com a impressão de que se trata de mais um enredo de escola de samba, no qual se misturou a história do Brasil; como no Samba do Crioulo Doido, de autoria de Sérgio Porto (1923-1968), que ficou conhecido por Stanislaw Ponte Preta. Aqui o que vai se misturar são os índices socioeconômicos que vão de excelente, comparáveis a países desenvolvidos, a péssimos, tais quais os da África Subsaariana.

Um observador menos desavisado, que se debruce sobre os índices da economia brasileira, pode notar a existência de áreas onde o crescimento chega perto dos chineses e indianos, em setores que apresentam níveis de renda de países ricos, cujo bem-estar social superam àqueles. Entretanto, esse mesmo observador, pode constatar que o Brasil ainda é um país de miseráveis, com muitas etapas a serem vencidas na busca do desenvolvimento, principalmente pelo

número de pessoas ainda vivendo em condições péssimas de vida, onde a tábua de salvação ainda é o programa Bolsa Família, que em 2010 atende perto de 50 milhões de pessoas.

**O Brasil que dá certo** e se parece com os países ricos é aquele que, atualmente, produz e vende internamente mais de três milhões de automóveis, colocando-se entre os dez maiores produtores mundiais de carros. Em 2010, a indústria automobilística brasileira espera bater novamente o recorde do ano passado, cuja demanda foi de certa forma mascarada com a redução de imposto pelo governo federal.

O crescimento do consumo no País tem uma explicação: o crédito, que neste ano vem mudando o seu perfil. O crédito concedido a pessoas físicas superou o concedido a pessoas jurídicas, em maio de 2010, e segue *pari passu* até julho. Em 2000, de um montante de aproximadamente 188 bilhões de reais, cerca de 66 bilhões de reais eram destinados às pessoas físicas e 122 às pessoas jurídicas, já em maio de 2010, 501 bilhões de reais foram destinados às pessoas físicas e 499 às empresas (em junho, cerca de 506 e 511 bilhões de reais; em julho, aproximadamente 511 e 513 bilhões de reais, respectivamente, pessoas físicas e jurídicas), segundo a série histórica do Banco Central do Brasil (BACEN) (2010).

Somente nos cinco primeiros meses de 2010, 183 bilhões de reais se destinaram a empréstimo

pessoal - um crescimento de 11,4% -, e 108 bilhões, a financiamento de veículos - incremento de 15%; 107 bilhões, a financiamento de imóveis, inclusive com recursos de origem da poupança, segundo fontes ligadas ao BACEN e à Consultoria LCA; e 28 bilhões com cartão de crédito, crescimento de 10,3% (MANO, 2010).

Só para se ter uma ideia da força do crédito no consumo, em 2000, 4,5% da renda do brasileiro era comprometida com dívidas; em 2010, 17,5%. Somente no primeiro semestre deste ano sete milhões de novos cartões de créditos foram emitidos no País. Outro fator que ajudou a disseminar o crédito na economia brasileira, entre as pessoas físicas, foi o alongamento do prazo para pagamento do mesmo. Em 2000, esse prazo era em média de 10 meses; em 2010 já chega a 18 meses. Segundo Cristiano Mano (2010), desde 2005, os prazos já cresceram 66 %. Como exemplo de como isso vem acontecendo na economia, no início de 2010 já era possível se financiar uma passagem aérea das companhias TAM e Azul em até 48 meses - nunca esteve tão fácil viajar de avião.

Outro setor que vem crescendo é o do sonho de 10 em cada 10 brasileiros: o da casa própria. O setor imobiliário vem crescendo acima da média nacional. Estudo (inédito) recente realizado pela Associação Brasileira de Construção, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, apresentou como é distribuída a riqueza gerada em cada elo da indústria da construção civil. Em 2009, o setor da construção civil, envolvendo fábricas de materiais, construtoras, lojas, prestadores de serviços, empregou mais de 10 milhões de trabalhadores de todos os níveis salariais e educacionais – um verdadeiro recorde, segundo os autores do estudo, gerando 224 bilhões de reais de riqueza, equivalente a 8,3% do Produto Interno Brasileiro (PIB) brasileiro. Até 2005, as vendas financiadas pelas principais construtoras no Brasil não chegavam a 20%; hoje, chega a 90%, com um financiamento de até 30 anos para ser quitado, portanto, essa é uma das explicações do por que se constrói tanto no País (MANO, 2010).

Contudo, o Brasil ainda está longe de alavancar a economia através do crédito ao consumidor, embora o crescimento em volume tenha sido espetacular: cresceu de 66 bilhões de reais em 2000, para 502 bilhões em 2010, segundo dados do BACEN - uma participação de 30%. No Canadá essa participação chega a 141%; nos Estados

Unidos (EUA), 131%; na Inglaterra, 181%; na França, 100%; na Alemanha, 98% e na Itália, 72%. O crédito no Brasil ainda pode avançar muito, principalmente nas classes C e D. O consumo das famílias no Brasil deverá ser de 5 trilhões de reais em 2020, segundo projeções da consultoria LCA (STEFANO, 2010).

No entanto, existe um complicador nessa história toda: o baixo desempenho da economia nas últimas décadas, malgrado o crescimento econômico dos últimos anos. É que o ritmo de evolução da renda *per capita* no País cresceu aquém daquele verificado nas décadas de 1960 e 1970. No período de 1961 a 1970, a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* foi de 3,19%; de 1971 a 1980, 6,04%; de 1981 a 1990, -0,56%; de 1991 a 2000, 0,95%; de 2001 a 2010, 2,3%, segundo o BACEN, IBGE, Tendências Consultoria, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (IBGE, 2009).

Considerando o PIB nominal, em dólares de 2009, e uma taxa média de crescimento da população brasileira em 1,25%, em 1990 o PIB *per capita* brasileiro passou de US\$ 6,307 para US\$ 10,600, em 2010 - em estimativa, um crescimento no período de 68,1%. A se manter esse ritmo de crescimento iniciado na década de 2000 na economia brasileira, o Brasil levará 75 anos para alcançar os atuais 46,00 dólares de PIB *per capita* do americano.

O período no qual houve um crescimento negativo da economia brasileira, 1981-1990 (-0,56%) coincide com o período do experimentalismo em políticas de combate à inflação na economia brasileira. Foi quando surgiram o Plano Cruzado I (28/02/1986), o Plano Bresser (15/06/1987), o Plano Feijão com Arroz (01/1988), o Plano Verão (14/01/1989) e o Plano Collor I (15/03/1990). Ainda haveria o Plano Collor II, mas este foi lançado somente em janeiro de 1991.

A experimentação só teria fim em 1994, com a implantação do Plano Real no governo do presidente Itamar Franco, concebido como um programa implantado em três etapas: (i) a primeira promovia um ajuste fiscal, cuja meta era estabelecer o equilíbrio das contas públicas, que era a principal causa da inflação brasileira; (ii) a segunda etapa consistiu no lançamento de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor (URV); (iii) e a terceira é a da unidade de conta, que "estabelecia as regras de emissão e

lastreamento da nova moeda (real)" a ser lançada como forma de garantir a sua estabilidade (CASTRO, 2005, p. 151).

**O Brasil que não dá certo** é aquele que oferece às camadas mais pobres de sua população um ensino básico (fundamental e médio) público e gratuito de qualidade que vai do sofrível ao excelente, pois existem ilhas de boa qualidade neste ensino. Por outro lado, existe também um mar de má qualidade na educação. E os motivos são os mais diversos: passam pela falta de treinamento e capacitação dos professores, salários baixos; escolas mal equipadas, falta de segurança para os alunos, professores e funcionários e por aí vai. Os alunos que conseguem chegar ao fim desse ciclo de estudo e concluem o ensino médio, em sua grande maioria, prestam vestibular para as faculdades particulares e vão engrossar o exército de devedores do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Outra saída do governo para mascarar a má qualidade de seu ensino público foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, "pela lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior" (BRASIL, 2010). As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

Por outro lado, existe uma educação que pertence ao **Brasil que dá certo**: a educação superior das universidades públicas. Mas, nestas, a maioria dos alunos que são aprovados nos vestibulares são oriundos das boas escolas privadas do País e que consomem, em média, cerca de 30% do orçamento da classe média brasileira. Querer, por outro lado, cobrar dessa mesma classe média mensalidades nas universidades públicas seria um contrassenso, uma vez que ela já pagou pela educação de seus filhos no ensino fundamental e médio.

Também existe um **Brasil que não dá certo** na saúde: o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora a Constituição Federal de 1988 tenha garantido o atendimento médico gratuito para todo e qualquer brasileiro, não garantiu recursos (financeiros, humanos e técnicos) para atender a essa universalização do atendimento. A população brasileira já nem se abala mais com as notícias de pessoas que acabam falecendo à espera de atendimento, transplantes, medicamentos,

dentre outros.

Como avaliar o abastecimento de água, coleta de lixo e iluminação nas cidades brasileiras? E o que dizer dos transportes urbanos nas capitais e cidades de porte médio no Brasil?

Na área de logística e infraestrutura, o País necessita de muitos reais para recuperar e modernizar suas rodovias, porto, aeroportos, hidrovias. Para se ter uma ideia, somente para a recuperação, pavimentação e duplicação das pistas seriam necessários cerca de 183,5 bilhões de reais em recursos nas rodovias federais do país (EXAME, 2010). O País está credenciado para promover uma Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas Mundiais, em 2016, mas nada ainda foi feito, nenhum investimento nos aeroportos e nos transporte urbanos.

Construir casas para as populações que sobrevivem nas vilas e favelas desse país é um desafio para todos os governos, desde tempos remotos. E são pessoas que não têm renda ou, muitas delas, que sobrevivem das rendas repassadas pelo governo (Bolsa Família) e de "bico", que nada mais são do que subempregos. O problema do Bolsa Família é que ele parece ser um quarto de somente uma porta de entrada, onde quem entra não tem como sair mais.

Finalmente, o Brasil tem que voltar a planejar sua economia para o curto, médio e longo prazo. Coincidentemente, o País teve taxas expressivas de crescimento econômico: Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek e o "milagre brasileiro" no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. Deixar que o mercado determine aleatoriamente o crescimento da economia é o mesmo que deixar o barco à deriva durante uma tempestade. Além do mais, o governo não tem mais a capacidade de investimentos que tinha nos anos 1970 e 1980, daí a necessidade de se criar um mecanismo de capacitação e poupança para canalizar em investimentos principalmente em infraestrutura.

O País venceu a sua grande doença dos anos 1970, 1980 e 1990, que era a inflação. Não pode haver vida inteligente num país onde a inflação ultrapasse a casa dos 20% ao ano e a economia brasileira conviveu com taxas que foram gradativamente passando dos 100%, 200%, 1.000%, 2.000% e quase chegou a 3.000% ao ano. Diversos governantes pegavam um pedaço de papel, pintavam de dinheiro e com ele realizavam diversos investimentos, tais como construir

idades, estradas, usinas hidrelétricas etc. Isso teve um custo que passou de uma geração para outra.

A doença agora é outra: uma elevada taxa de juros; a mais alta do planeta. Com certeza, também não deve existir vida inteligente onde a taxa básica de juros já chegou a 49% e hoje está estacionada em 10,75% ao ano, inibindo a maioria dos investimentos produtivos na economia.

A primeira ação do novo governo que será eleito neste ano deve ser a de reduzir a taxa de juros básicos da economia brasileira para patamares compatíveis com uma economia que precisa de novos e mais investimentos, pois rapidamente está se esgotando a capacidade de produção atual da economia. Um novo ciclo produtivo deve ser criado e somente os novos investimentos trarão isso.

Em todo caso, a economia brasileira sempre surpreendeu seus analistas, pois essa dualidade de ser moderna e atrasada ao mesmo tempo não permite que se acerte sempre o seu comportamento e desempenho. Afinal de contas, a própria ciência econômica ainda é uma caixa de Pandora ●

#### Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Séries temporais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>>. Acesso em: 17 set. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. *O Programa*. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=124&Itemid=140](http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140)>. Acesso em: 17 set. 2010.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIANBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.

EXAME, São Paulo: Abril, ed. 976, a. 44, n. 17, 22 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 30. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MANO, C. Quer pagar em quantas vezes?. *Exame*, ed. 972, a. 44, n.13, p. 30-37, 28 jul. 2010.

STEFANO, F. Consumo: a força que move a economia. *Exame*, ed. 972, a. 44, n. 13, p. 20-29, 28 jul. 2010.

\* **Doutor em Economia/USP, Professor Adjunto do DECON/UFPI e jornalista.**

# A HEGEMONIA IDEOLÓGICA NO BRASIL (1930-1964)

Por Francisco Pereira de Farias\*

## 1 Introdução

O objeto deste artigo é a luta ideológica no Brasil de 1930 a 1964, fase histórica brasileira marcada por uma ausência de hegemonia política no interior do bloco no poder. Partindo da indicação de Nicos Poulantzas (1986), de que nem sempre a hegemonia política no bloco no poder coincide com a hegemonia ideológica no conjunto da formação social, buscamos responder se, paralelamente à crise de hegemonia política, haveria uma nova hegemonia ideológica.

Poulantzas (1986) define a hegemonia política como a capacidade de uma classe ou fração de classe fazer prevalecer os seus interesses no interior do bloco de classes dominantes, ou seja, o bloco no poder. Isso se traduz na capacidade

dessa classe ou fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado. A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder.

Uma conjuntura especial é aquela onde se instaura uma crise de hegemonia política, ou seja, a situação na qual nenhuma fração da classe dominante é capaz de impor sistematicamente os seus interesses frente às outras frações dominantes. A crise de hegemonia política não é